

PORTARIA GR N.º 04/2013

ESTABELECE, AD REFERENDUM DO CONSEPE, A NORMATIZAÇÃO DAS AÇÕES DE PROIBIÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO TROTE OU QUALQUER OUTRA FORMA ABUSIVA E DE PERTURBAÇÃO DA ORDEM QUE ENVOLVA O CORPO DISCENTE DA FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO.

O Reitor da FAE Centro Universitário, no uso de suas atribuições previstas no art. 23, X, XV e XX, do Estatuto, considerando o direito fundamental da dignidade da pessoa humana, disposto no art. 1º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e observando os dispositivos referentes ao regime disciplinar do corpo discente nos arts. 90 a 97 do Regimento Geral e Resolução CONSUN n.º 05/2005, de 24 de outubro de 2005, baixa a seguinte

P O R T A R I A

Art. 1º Esta Portaria tem por objetivo estabelecer a normatização das ações de proibição, conscientização e combate ao trote ou qualquer outra forma abusiva e de perturbação da ordem que envolva o corpo discente da FAE Centro Universitário.

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se “trote” ou “forma abusiva” quaisquer práticas ou condutas que causem constrangimento, exponha de forma vexatória, obrigue à ingestão de bebidas alcoólicas, ofenda ou coloque em risco a integridade física, moral ou psicológica dos discentes, ou qualquer outro ato que acarrete dano material à FAE Centro Universitário.

Parágrafo único. Exclui-se do *caput* a modalidade de trote solidário que visa, por meio do exercício da cidadania e responsabilidade social, à integração do corpo discente à vida acadêmica por meio de órgãos institucionais próprios.

Art. 3º Para fins desta Portaria, considera-se “perturbação da ordem” todo e qualquer ato que altere o ritmo regular de atividades acadêmicas da FAE Centro Universitário, gerando tumulto em sala de aula, ou mesmo a interrupção destas, abrangendo, também, as demais dependências internas da Instituição.

Art. 4º As proibições das práticas elencadas nos arts. 2º e 3º poderão estender-se às ações praticadas nas redondezas dos *campi* da FAE Centro Universitário.

Art. 5º Caberá à Diretoria de *Campus*, as Coordenações de Curso e ao corpo docente institucional da FAE Centro Universitário a divulgação do presente documento e a conscientização dos acadêmicos sobre as proibições aqui dispostas.

Art. 6º Em conformidade com o art. 91 do Regimento da FAE Centro Universitário, os discentes ficarão sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

- I. advertência;
- II. suspensão;
- III. desligamento.

§1º A descrição de cada uma das modalidades de sanções descritas no *caput* encontra-se regulamentadas pela Resolução CONSUN n.º 05/2005, de 24 de outubro de 2005.

§2º A aplicação das sanções disciplinares dispostas nos incs. I e II do *caput* independem da investigação em Comissão Disciplinar, podendo ser aplicadas aos discentes antes de sua instauração.

Art. 7º Em conformidade com o *caput* do art. 92 do Regimento da FAE Centro Universitário, na aplicação das sanções disciplinares serão consideradas a natureza, a gravidade, os motivos determinantes, a repercussão, os danos causados, a personalidade e antecedentes do discente, a intensidade do dolo, o grau de culpa e da autoridade ofendida.

Art. 8º Verificado o indício de infração disciplinar, conforme disposições elencadas nos arts. 2º e 3º desta Portaria, por delegação da Reitoria, a Pró-Reitoria Acadêmica instituirá Comissão Disciplinar para averiguar, acompanhar e sugerir sanções disciplinares, sempre observando os fatores agravantes e atenuantes do artigo 7º.

Art. 9º A Comissão Disciplinar será composta por:

- I. Diretor de *Campus*;
- II. 03 docentes da FAE Centro Universitário designados pela Pró-Reitoria Acadêmica.

Parágrafo único. A Comissão Disciplinar será presidida pelo Diretor de *Campus* que escolherá um dos docentes para secretariar as sessões, bem como redigir e organizar os autos do processo administrativo.

Art. 10. A averiguação da infração disciplinar deverá ser acompanhada por Processo Administrativo, conforme disposto no Regimento Geral da FAE Centro Universitário, oportunizando ao(s) envolvido(s) o contraditório e a defesa dos fatos e indícios alegados.

Art. 11. Ao final do processo, a Comissão Disciplinar apresentará à Pró-Reitoria Acadêmica o “Relatório Motivado” em que sugerirá a aplicação da sanção cabível(is) ao(s) envolvido(s), acompanhada das razões que a motivaram.

§1º A decisão final sobre a aplicação das sanções, bem como sua majoração, minoração ou isenção, caberá à Pró-Reitoria Acadêmica.

§2º No caso de haver indícios suficientes da prática de crime, a Pró-Reitoria Acadêmica deverá comunicar, imediatamente, às autoridades pertinentes, para exame da responsabilidade penal dos envolvidos.

Art. 12. A investigação dos fatos e indícios na esfera administrativa pela Comissão Disciplinar da FAE Centro Universitário não invalida ou impede o ingresso e a verificação das infrações passíveis de penas e sanções nas esferas civil e criminal.

Art. 13. Casos omissos serão resolvidos no âmbito da Pró-Reitoria Acadêmica da FAE Centro Universitário ouvida a Comissão Disciplinar.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua aprovação.

Curitiba, 05 de fevereiro de 2013.

Frei Nelson José Hillesheim, OFM
Reitor